

“ALTA DEMAGOGIA POLÍTICA”: OS DEBATES E EMBATES NA CÂMARA DE VEREADORES DE CAMAQUÃ-RS EM OPOSIÇÃO A REFORMA AGRÁRIA DO BANHADO DO COLÉGIO

PEDRO MARCO RIBEIRO PIRES¹; ALESSANDRA GASPAROTTO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – pedroxr@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – sanagasparotto@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar desfechado contra o presidente João Goulart em finais de março de 1964, representou a consequência de um longo período de crise política e social, somado a uma crise econômica, que se desenrolava no Brasil desde a sua redemocratização a partir do fim do Estado Novo em outubro de 1945. Nesse processo, sucessivas foram as tentativas golpistas para a derrubada de governos, como também crescente foram as organizações de movimentos sociais que aspiravam maior participação no cenário político reivindicando direitos civis e sociais.

A efervescência dessa politização da sociedade civil angariou a atenção de diferentes segmentos políticos que pretendiam apoiar e conduzir a mudança no Brasil. O governo de Goulart (1961-1964), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), procurou com o Plano Trienal, sua política econômica e social, estabilizar a inflação que corroía a economia enquanto promovia, através das reformas de base (principalmente a reforma agrária, mas também eleitoral, universitária, bancária, da legislação sobre o capital estrangeiro, urbana e a tributária), uma política distributiva de renda que preconizava a construção de um capitalismo nacional, distribuição de renda e emancipação política e econômica.

O projeto de ampliação democrática, entendido como maior participação popular no cenário político, não foi interpretada positivamente por alguns setores da sociedade que sentiam seus privilégios ameaçados com uma futura implementação das reformas de base. Sobretudo a reforma agrária que embora reconhecida a sua necessidade, haviam divergências sobre o seu significado e sobre as propostas de implementação que deveriam ser adotadas pelo governo para concretiza-la. É o caso dos empresários, industriais e latifundiários que, organizados em associações, também encontravam representação nos setores políticos liberais-conservadores e reacionários, a exemplo da UDN e grande parte do PSD. Além disso, exerciam influência na política por meio do complexo IPÊS-IBAD, que embora diziam-se apartidários, tornou-se um suporte teórico e financeiro para políticos e partidos da oposição, conforme explica DREIFUSS (1981). Há, também, a movimentação da ala golpista militar da Escola Superior da Guerra (ESG), com estreito apoio dos Estados Unidos, adeptos da Doutrina de Segurança Nacional, de acordo com PADRÓS (2000).

Esta pesquisa, que vem sendo desenvolvida para a produção de uma monografia do Curso de Licenciatura em História, se insere nessa conjuntura, buscando compreender como o processo de radicalização política que tangenciou o golpe civil-militar de 1964 se desenvolveu em Camaquã, uma pequena cidade no interior gaúcho, onde o clima político foi sentido nas ruas com a fundação da Associação dos Trabalhadores ‘Sem-Terra’ do Banhado do Colégio. Naquela área, em que aproximadamente dois mil camponeses desfilaram pela cidade sob a liderança de Epaminondas Silveira, um comerciante e arrendatário de algumas glebas do Banhado, até o estabelecimento de um acampamento no entorno

daquelas terras. Por intermédio do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), e com apoio e participação de políticos regionais do PTB, além do próprio governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a luta pela reforma agrária encabeçou o debate público na localidade. De acordo com ECKERT (1984), o MASTER se organizou em decorrência de uma tentativa de retomada de terra localizada em Faxinal, no interior de Encruzilhada do Sul, onde viviam há mais de 50 anos cerca de 300 famílias de posseiros. Da indignação dos agricultores e de políticos do PTB regional, como o prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serre, surge o movimento, que com o apoio do governo estadual ampliou-se e ajudou a organizar outras associações, como a do Banhado. Conforme afirma HARRIES (2002), os desdobramentos em torno do Banhado do Colégio ocorreram por meio de muito conflito entre assentados, governo estadual e federal, e as classes produtoras da cidade de Camaquã, principalmente aos membros da Associação Rural vinculados à lavoura capitalista do arroz, entre eles muitos representantes do cenário político local, sobretudo após a mudança no executivo gaúcho com a posse de Ildo Meneghetti (1963-1967), do Partido Social Democrata (PSD).

Nesse sentido, o trabalho pretende investigar, por meio da documentação disponível, os desdobramentos políticos e sociais que ocorreram em Camaquã entre 1961 e 1964, estudando os processos históricos que se desenrolaram neste período, principalmente no que diz respeito a postura dos vereadores na Câmara de Vereadores da cidade frente à manifestação popular em torno da reforma agrária do Banhado do Colégio, às medidas adotadas pelo governo de Leonel Brizola (1959-1963), à troca do executivo gaúcho e o acirramento que levou ao golpe civil-militar de março de 1964. Além disso, compreender as rivalidades e interesses políticos dentro da casa dos vereadores camaquenses ao analisar a eleição para prefeito de 1963 entre Cel. Sylvio Luis (PL) e Hilson Scherer Dias (PTB), onde o petebista saiu vitorioso.

Para esse fim, foram utilizados como fonte as atas das reuniões parlamentares e a repercussão das notícias nas páginas do jornal “O Camaquã”, ambos presentes no acervo da Câmara dos Vereadores de Camaquã; relatórios de informação e contra informação produzidas pelo Conselho de Segurança Nacional, encontrada no acervo do Sistema de Informação do Arquivo Nacional; a bibliografia produzida pela historiografia sobre o tema.

2. METODOLOGIA

As atas das reuniões da Câmara dos Vereadores de Camaquã constituiu uma importante fonte para nossa pesquisa. De acordo com CHRISTILLINO (2011), a pesquisa nas Atas da Câmaras Municipais “pode revelar as principais decisões e posições das câmaras em torno de assuntos ligados à propriedade de terra, e aos grupos sociais que disputavam sua posse” (p.167). A documentação está presente no Memorial da Câmara dos Vereadores de Camaquã, conservadas por um lindo trabalho de Andreia Becker, coordenadora do acervo. Para fins da pesquisa, foi necessário digitalizar as atas de 1961 à maio de 1964, identificar os discursos e os posicionamentos dos parlamentares.

As páginas das edições do início da década de 1960 do periódico “O Camaquã” se mostraram um importante instrumento de pesquisa no momento em que o jornal, dotado de parcialidade e posição no jugo político, contemplava interesses das classes patronais. Suas manchetes e artigos, uma delas se apresenta na epígrafe da pesquisa, procuram explicar ao público leitor camaquense o posicionamento dos diretores da Associação Rural como também

de políticos identificados com a classe. A análise dessa fonte buscou a avaliação crítica e desconstrução do documento, ao utilizar procedimentos como identificação dos proprietários do jornal e suas relações com a cidade no período, compreender a quem o periódico era destinado, quais eram seus compromissos político-partidário e reunião de dados e referências fora do jornal, como aponta CAPELATO (2015).

A documentação reunida e disponível no SIAN, onde encontra-se os relatórios e arquivos do acervo do Conselho de Segurança Nacional, órgão responsável pelo levantamento de estudos sobre a segurança do país e orientação no recolhimento de informações, contribui com importante argumentação na medida em que mostra como os órgãos de repressão operaram na produção de informação sobre aqueles personagens políticos de esquerda.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível identificar nos discursos registrados nas atas o processo de radicalização política que ocorre no início da década de 1960. Quando da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, em meio a campanha pela Legalidade, promovido pelo governador Leonel Brizola contra o golpe orquestrado pelos ministros militares, havia na Câmara um consenso sobre o apoio ao movimento, mesmo entre políticos de siglas divergentes, caso do PSD e PL. Mesmo o jornal “O Camaquã”, que a partir de 1962, quando começa a implementação parcial da reforma agrária do Banhado do Colégio, passa a cobrir diariamente de maneira alarmosa o acampamento em torno das glebas do Banhado, naquele período declara apoio à Legalidade. A partir do momento em que há uma guinada do governo estadual, e também federal, para as esquerdas, sobretudo na implementação parcial a contragosto das classes patronais da reforma agrária, o quadro se altera. A campanha de desestabilização do governo petebista, é iniciada no Rio Grande do Sul no ano de 1962 com a indicação da coligação anti-PTB de Ildo Menegheti como candidato ao governo federal. Em Camaquã, vereadores pertencentes a essa oposição, passam durante as reuniões pedirem registro em ata e assinatura coletiva de críticas as medidas do governo de Brizola. À exemplo, o parlamentar camaquense Oswaldo Hillensein, do PSD, veta um pedido de louvor ao governo estadual, requerido pelo vereador Amarilio Borges Moreira, do PTB.

Em novembro de 1963 houve a eleição municipal para prefeito, onde dois representantes dessa radicalização política foram os candidatos. O petebista Hilson Scherer, representante da mocidade do PTB, amigo pessoal de João Caruso (ex-secretário da Agricultura do governo Brizola e ex-diretor da Superintendência de Política Agrária) e presidente de honra da Associação dos sem terra do Banhado do Colégio, saiu vitorioso do pleito contra o Cel. Sylvio Luis, do PL, político tradicional da cidade, já havia sido prefeito entre 1956 à 1959. Ele era identificado pelo coronealismo provinciano, levando a alcunha de “coronel”, representante dos fazendeiros e da elite camaquense.

Por fim, não é possível fazer teologismos e nem julgamentos acerca do “desfecho” com o golpe civil-militar de 1964. Podemos afirmar porém, de acordo com a documentação produzida pelo SNI e CSN, contidas no acervo do SIAN, que os políticos acusados de subversão e de comunismo eram os mesmos adversários da fração conservadora-liberal da Câmara dos Vereadores. Não quer dizer, porém, que aqueles que contribuíram para o golpe desejavam uma ditadura de 21 anos, mas sim constatar, por meio da documentação, que o quadro que se

desenhou com seus apoios foram de perseguição e cassação de parlamentares e políticos favoráveis às reformas de base.

4. CONCLUSÕES

Até o presente momento, a pesquisa evidenciou as disputas ocorridas na cidade Camaquã, marcadas, especialmente pelo processo da reforma agrária do Banhado do Colégio, onde interesses e privilégios se viram ameaçados com uma possível distribuição de terras sem indenização aos fazendeiros donos de latifúndios.

Acreditamos que por meio desse estudo, podemos contribuir para construção do conhecimento histórico acerca do contexto “pré-golpe”, contemplando acontecimentos e processos políticos ocorridos em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, romper com discursos negacionistas de que os processos históricos que levaram ao golpe ocorreram apenas nos grandes centros. Além disso, contribuir para a construção do conhecimento histórico acerca da cidade de Camaquã.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; COELHO PRADO, Maria Ligia (org). **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas** São Paulo: Humanitas: CAPES, 2015, p. 114-136

CHRISTILLINO, Cristiano Luís. ATAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS. In: GUIMARÃES, Elione; MOTTA, Márcia (org). **PROPRIEDADES E DISPUTAS: FONTES PARA A HISTÓRIA DO OITOCENTOS**. Rio de Janeiro: Editora UFF, 2011, p.167-170

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul – 1960-1964*. Dissertação (Mestrado), Curso de Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1984.

HARRES, Marliza. **Conflito e conciliação no processo de Reforma Agrária do Banhado do Colégio. Camaquã, RS**. 2002. 431 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. **Terror de Estado e Doutrina de Segurança Nacional**: os anos de chumbo no Brasil e na América Latina. *Revista Ciências & Letras.*, Porto Alegre: FAPA, n.. 28, p. 55-90. 2000